REPRESENTAÇÕES E MEMÓRIAS DA DITADURA MILITAR NA ARGENTINA (1976-1983) NO ROMANCE "MI NOMBRE ES VICTORIA"

João Elter Borges Miranda (PIBIC/Fundação Araucária/UEPG), Christiane Marques Szesz (Orientadora), e-mail: coordt.hac.christiane@ead.uepg.br.

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de História.

História da América; História da Argentina.

Palavras-chave: Identidade narrativa, Ditadura argentina, Memória.

Resumo

No presente trabalho, chamamos a atenção para os filhos dos presos políticos que foram separados dos pais considerados subversivos pela Ditadura argentina (1976-1983). Na grande maioria, as crianças eram sequestradas pelos representantes do governo ditatorial. Algumas estimativas apontam que ocorreram em torno de quinhentos sequestros de crianças. Mais recentemente, muitas delas, agora já adultas, escreveram livros sobre a sua experiência enquanto vítima do regime. No presente trabalho, objetivamos analisar as representações e memórias da Ditadura militar argentina construída no romance autobiográfico "Mi nombre es Victoria", de Victoria Donda, na qual a autora apresenta uma narrativa calcada em memória individual, mas também em memória coletiva, nos permitindo compreender as representações que os filhos de presos políticos constroem em relação a esse duro período da história argentina. Para que o trabalho não fique restrito ao interior da obra, consideraremos sempre o processo sócio histórico pelo qual passou a autora.

Introdução

Muitas das pessoas que na Ditadura argentina foram vítimas de sequestro, hoje já na condição de adultos têm escrito sobre a sua experiência de busca da memória, história, identidade roubada pelo regime militar. As narrativas das lembranças se tornam, assim, formas de resistência. Uma das autoras é Victoria Donda que, com o seu romance autobiográfico, procura construir uma memória não só individual, mas também coletiva. Ela é autora da obra "Mi nombre es Victoria", a qual, de caráter autobibliográfico e memorialista, a autora argentina narra o processo de reapropriação do nome e identidade de uma entre tantos filhos desaparecidos na ditadura. Desse modo, no livro ela constrói representações a respeito da memória coletiva do grupo formado pelos filhos de desaparecidos no regime.

Partindo, então, do pressuposto de que todos os elementos componentes de tais representações revelam pistas sobre diferentes modos de pensar, sentir e agir, características de uma memória coletiva construída pelos sujeitos pertencente à um grupo – e tendo claro que isso nos propicia conceber o processo sócio-histórico que perpassou um momento histórico –, procuramos na presente pesquisa contribuir para o debate em torno das incontáveis questões suscitadas pelas narrativas literárias. Isso foi desenvolvido de forma a permitir a análise das representações e

memórias construídas pelos filhos dos desaparecidos da ditadura argentina sobre esse regime.

Materiais e Métodos

Na presente pesquisa usamos como referencial teórico-metodológico os conceitos de representação e de dever de memória. O primeiro seguimos os constructos de Chartier, o qual define que a representação não é um reflexo pálido da realidade, e sim o real ressignificado através dos processos de produção e reprodução de significações no objeto. Esses processos dependem de fatores culturais e sociais que influenciam na forma com que determinados signos adquirem significados distintos em tempo e espaço diferentes (CHARTIER, 2002). Consequentemente, o presente trabalho é um esforço em refletir sobre a Ditadura Militar argentina partindo do pressuposto da existência de uma relação não determinista entre o objeto e seu significado na fonte abordada. O conceito de dever de memória surgiu na França do pós-guerra, principalmente na década de 1970, quando os franceses intentaram envolver em novas significações o memorial ligado ao holocausto de judeus franceses. Nesse sentido, a ideia de memória surge com o intuito *a priori* de justiça. No que tange a Ditadura Militar argentina, Sarlo aponta que "lembrar foi uma atividade de restauração dos laços sociais e comunitários perdidos no exílio ou destruídos pela violência de Estado" (SARLO, 2007, p. 45). No seu livro "A memória coletiva", Halbwachs discorre que determinadas memórias, rememoradas em grupos, só existem na medida que aquele que rememora é um integrante desse grupo. Nesse sentido, existem memórias que se originam a partir de sistemas de relações e estuda-las podem permitir a compreensão desses sistemas (HALBWACHS, 2006). Entretanto, um indivíduo não pertence a um grupo, unicamente. A memória individual não deixa de existir, mas, é tecida no emaranhando de relações sociais que mantém imbricadas as memórias individual e coletiva. A análise da memória de um indivíduo permite, assim, o entendimento dos processos de interações sociais nos contextos históricos (ARAUJO; SANTOS, 2007). À luz desses conceitos, analisamos a fonte da pesquisa que é bibliográfica e o método usado foi, predominantemente, a análise e comparação de textos. O principal material de pesquisa foi o romance autobiográfico "Mi nombre es Victoria", da autora argentina Victoria Donda.

Resultados e Discussão

Ao analisar as memórias e representações do passado no romance autobiográfico "Mi nombre es Victoria", percebeu-se que a autora Victoria Donda constrói uma narrativa em que nos leva a entender o modo através do qual ela descobriu ser filha de desaparecidos políticos. Permeado por relatos da história da Ditadura Militar argentina, mesclado com histórias de seus pais e de sua própria infância, o texto de Donda nos mostra, acima de tudo, o processo percorrido pela autora de reconstrução de sua identidade a partir do instante em que ela se percebe como filha que foi por militares tirada dos braços dos seus pais.

Logo no início da obra, Donda nos conta como foi descobrir que o seu pai adotivo não era a pessoa que ela pensava que era, mas sim alguém que trabalhou como torturador no regime. O início dessa história de resgate começa em 2003, quando o

juiz Baltzar Garzón solicitou a detenção preventiva de quarenta e seis militares, muitos deles de patentes mais baixas, que, na ditadura militar, compunha a cúpula militar dos centros clandestinos de tortura. Nessa lista estava Raul, pai adotivo de Victoria, o qual, logo após a mídia divulgar a solicitação do Juiz, tentou cometer suicídio diante da notícia de que seria preso e julgado. A autora de "Mi nombre es Victoria", então, soube pelos jornais que seu pai adotivo integrava os grupos militares denunciados por Garzón. Para ela, não passavam de anedotas os rumores que, anos antes da manifestação do juiz, ela ouvia sobre a participação de Raul na organização militar. A denúncia que viu na mídia foi, assim, um grande choque.

Logo após a descoberta, Victoria entra em contato com as organizações de defesa à direitos humanos *Abuelas da Plaza de Mayo* e *H.I.J.O.S,* as quais trabalham em prol do rastreamento das crianças desaparecidas na ditadura. Para descobrir a sua verdadeira identidade, um dos procedimentos é o exame de DNA. De início, a autora teve receio de realiza-lo, mas, após um processo de reflexão, decidiu por realizar os exames, os quais estabeleceram a sua verdadeira identidade.

Aos poucos, Donda foi recolhendo aos poucos os vestígios de sua própria história, através dos quais busca reconstruir a sua identidade. Ela descobriu através daquelas organizações de direitos humanos, entre outros órgãos, que, ao invés de Victoria, o nome escolhido por seus pais biológicos era Anália e que nasceu na prisão, entre agosto e outubro de 1977.

Victoria descobriu também que a sua mãe, Maria Hilda Pérez, universitária e filha de integrantes do partido comunista, foi sequestrada e levada para a Plaza de Moron e desapareceu em 1977. O seu pai, José Maria Donda, também estudante e integrante do Movimento Motoneros, foi arremessado vivo de um avião sobre o Rio da Prata, assim como aconteceu com vários outros presos políticos na terrível história de encontros e desencontros, morte e sofrimento, que percorre as veias abertas da História argentina da segunda metade do século XX. O responsável pela denúncia dos pais de Victoria, ela descobriu, foi o irmão do seu pai adotivo, o tenente da marinha Adolfo Miguel Donda.

Assim, a família de Victoria se quebra, do mesmo modo que é estraçalhada a sociedade argentina. Depois de tudo o que descobriu, Victoria narra em seu romance que a relação com a família adotiva se tornou completamente difícil. E seu retorno à família biológica não foi feliz, após descobrir todas as feridas abertas que se mantém.

Portanto, após esse divisor de águas de sua própria história, Victoria mergulha num processo de reconstrução de sua história e, acima de tudo, identidade. A obra "Mi nombre es Victoria" é um passo dela nesse sentido. Mas, além de um caminho em prol de sua vida, a literatura autobiográfica para Victoria, assim como para vários outros autores que sofreram processos semelhantes, tornou-se um instrumento fundamental de escrita e construção das lembranças dos sobreviventes, além de ser um lugar de memória e, acima de tudo, de resistência para que as atrocidades vividas pelos autores nunca mais voltem a acontecer com ninguém. Concordando com Szesz, as narrativas literárias permitiram aos filhos dos desaparecidos a reconstrução de suas identidades, permitiu destacar o terror estatal na Ditadura

Militar argentina e, também, “com a publicação das narrativas autobiográficas, as memórias subterrâneas individuais saem do lugar privado e emergem no espaço público e, assim, os registros dos filhos dos desaparecidos se somam ao coro poliônico das memórias do passado recente da Argentina” (SZESZ, 2016, p. 166).

Conclusão

Tal como foi apresentado nas páginas anteriores, o estudo historiográfico baseado em fonte literária pode propiciar ao historiador questionamentos e apontar aspectos por vezes não acessíveis por outros meios ao pesquisador. O romance autobiográfico “Mi nombre es Victoria” revela, assim, representações através das quais o retratado procura mostrar-se não conforme ele “realmente” foi, mas ressignificado para atender as expectativas e carências de sentido de quem o retrata, no caso a escritora, como também às do leitor. As memórias de Victoria Donda, apresentadas em seu livro, nos apresenta não só a sua história, mas a de toda uma geração na Argentina que foi vítima da violência do regime militar que assolou o país durante anos e que deixou marcas que percorreram um amálgama de múltiplas camadas de identidades, vidas, sonhos. A pesquisa nos propiciou, portanto, um olhar sobre a consciência coletiva e individual de pessoas que vivenciaram – e ainda vivem – o processo histórico perpetrado pela Ditadura Militar argentina. Por fim, não podemos deixar de ressaltar que compreendemos que ainda existem muitas lacunas em nossa pesquisa. À vista disso, é fundamental que o presente trabalho seja interpretado na qualidade de aproximação inicial ao objeto. Destinam-se a montar arcabouço interpretativo, cuja plausibilidade precisará ser confirmada. Se estas lacunas servirem de acicate para que outros desejem alcançar resultados mais completos, o trabalho já terá sido de alguma valia.

Referências

ARAUJO, Maria P. N; SANTOS, Myrian S; História, memória e esquecimento: Implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 79, Dezembro, 2007: 95-111. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/79/RCCS79-095-111-MPNascimento-MSepulveda.pdf>. Acessado em 01/08/2017.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude.** Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 61-80.

DONDA, Victoria. **Mi nombre es Victoria.** 1ª ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.